

**Pronunciamento proferido pelo
Deputado Max Rosenmann –
PMDB/PR em ____/____/2005.**

**Excelentíssimo Senhor Presidente
nobres membros da mesa diretora
e líderes das bancadas
ilustres colegas
senhoras e senhores**

Estamos encaminhando denúncia crime ao Procurador Geral da República, Antonio Fernando de Barros, denunciando a ação de uma verdadeira “quadrilha” envolvendo dirigentes de ONGs ambientais e ocupantes de cargos de confiança do governo federal no processo de criação de unidades de conservação para a proteção de araucárias no Paraná e Santa Catarina.

Na denúncia, baseada em documentos oficiais e informações colhidas em audiências públicas, demonstramos que pessoas e grupos ligados a essas ONGs têm se aliado a funcionários do Ministério do Meio Ambiente e outros órgãos envolvidos na questão para manipular o processo de demarcação dessas reservas de acordo com seus próprios interesses, incluindo a obtenção de recursos para essas entidades.

Essas pessoas têm se revezado hora na direção de ONGs, hora em cargos de confiança do Ministério do Meio Ambiente, e manipulado a definição dessas reservas, que depois servem de pretexto para que recursos públicos sejam destinados a essas entidades para supostos projetos de preservação. Isso sem que a sociedade seja ouvida e os segmentos produtivos afetados diretamente possam participar das decisões. É uma relação incestuosa que mistura interesses pessoais, ideológicos e financeiros, sob um falso discurso ambientalista.

O processo de criação das unidades de conservação foi definido através das portarias 507 e 508 do Ministério do Meio Ambiente, assinadas em 20 de dezembro de 2002.

De acordo com os documentos e informações que obtivemos, o processo foi coordenado por Miriam Prochnow, ocupante de cargo de confiança do ministério, com o apoio de entidades lideradas por ONGs como a APREMAVI, de Santa Catarina, dirigido na mesma época pelo seu marido, Wigold Schaffer, e pelo Instituto Sócio Ambiental (ISA), então coordenado por João Paulo Ribeiro Capobianco, ex-presidente da ONG SOS Mata Atlântica.



A reação contrária de produtores rurais e moradores das regiões afetadas obrigou o ministério a republicar as portarias, desta vez sob o número 176 e 177, em 7 de abril de 2003.

Ocorre que a reedição foi feita a cargo de João Paulo Capobianco, que de ex-coordenador da ONG ambiental ISA, agora estava na condição de secretário da Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente.

Com a assessoria de Wigold B Schaffer, ex-membro da APREMAVI, agora na função de coordenador do Núcleo Assessor de Planejamento da Mata Atlântica do ministério. Função essa antes ocupada por sua mulher, Miriam Prochnow, apoiada novamente pela APREMAVI, e também pela rede de ONGs da Mata Atlântica, agora presidida por ela.

Por conta das novas portarias, foi criado um Grupo de Trabalho chamado GT das Araucárias, que ficou responsável de definir as regras para a criação das unidades de conservação.

Esse GT deveria ter ampla representatividade entre todos os segmentos envolvidos, incluindo autoridades locais, empresários, trabalhadores e produtores rurais.

Só que segundo os documentos, isso não aconteceu, pois o GT acabou sendo montado por pessoas do governo na sua maioria com militância direta ou indireta nessas ONGs ambientais.

Foi contratada, por exemplo, a jornalista Tereza Urban, representando hora a Rede Verde do PR, hora a ONG Mater Natura, as duas com íntima ligação com as mesmas pessoas e ONGs que haviam coordenado o processo que culminou nas portarias.

A própria Tereza Urban consta como uma das fundadoras do ISA, antes coordenado por João Paulo Capobianco, agora secretário do Ministério do Meio Ambiente.

O GT foi formado basicamente por representantes do governo e das ONGs, sem nenhuma participação de outros segmentos da sociedade interessados, e chamado de Força Tarefa do GT das Araucárias.

Entre as entidades convidadas estavam a SPVS – ONG de Curitiba que nunca trabalhou no bioma de araucárias, presidido por Clóvis Scharapper, amigo de Tereza Urban, e com ligações pessoais com as demais ONGs e membros do GT; a Mater Natura, ONG fundada pela mesma Tereza Urban, que recebeu inclusive contrato milionário para fiscalizar obras no Paraná como auditora; Rede de ONGs da Mata Atlântica, coordenada e presidida por Miriam Prochnow, mulher do atual



2F2C633256

coordenador do projeto no governo, Wigold Schaffer, e com relação pessoal com o secretário do ministério, João Paulo Capobianco; e TNC – ONG internacional, representado por Silvia Ziller, da ONG Hórus, e sócia da ONG SPVS, de Clóvis Scharape, com trabalhos financiados pelo ministério.

O GT apresentou então ao Congresso Nacional um trabalho sem relatórios de caráter técnico qualificados, com coletânea de artigos assinados na maioria pelos próprios membros das ONGs do grupo, cópia de estatísticas desatualizadas, algumas de 1996, sem mapas ou laudos de vistoria de campo.

Novo GT foi criado através de portaria conjunta do IBAMA e IAP, publicada em junho de 2005, formado pelas mesmas ONGs anteriores.

Mais uma vez, proprietários, prefeitos e instituições representativas dos municípios e regiões atingidas foram ignorados.

Além disso, os dados anexados ao processo do IBAMA também utilizaram fontes de artigos publicados pelas próprias ONGs envolvidas, incluindo o Mapa da Mata Atlântica, produzido pela SOS Mata Atlântica, que foi presidida por Capobianco.

Isso quando por lei os dados utilizados devem ser do IBGE.

Além da relação pessoal, profissional, familiar e de sociedade entre as ONGs e os funcionários de cargos de confiança e direção do Ministério do Meio Ambiente, essas mesmas entidades recebem recursos públicos expressivos do ministério e do IBAMA, confundindo seus interesses pessoais com os coletivos.

Isso não pode ser admitido, sob pena de que todo o processo fique comprometido e viciado, provocando prejuízos à sociedade e permitindo que esses grupos se aproveitem para obter recursos públicos.

Por todos esses fatos descritos e documentados, consideramos urgente que sejam tomadas medidas imediatas para coibir esse tipo de prática. Enviamos cópia das denúncias a autoridades federais, estaduais e municipais envolvidas na questão, que acreditamos, tomarão as providências necessárias para que essa situação não perdure, causando prejuízos incalculáveis ao País e à sociedade brasileira.

-Senhor Presidente, peço a Vossa Excelência que autorize a divulgação do meu pronunciamento no programa a Voz do Brasil.

Muito Obrigado.

MAX ROSENMAN
DEPUTADO FEDERAL – PMDB/PR



2F2C633256